

## Psicologia, gêneros e sexualidades na escola Perspectivas críticas em Psicologia Escolar

Rebeca Valadão Bussinger  
[rebecabussinger@hotmail.com](mailto:rebecabussinger@hotmail.com)

Roberta Scaramussa da Silva  
[rscaramussa@hotmail.com](mailto:rscaramussa@hotmail.com)

Roziene Castro Mota Araújo  
[roziencastro@hotmail.com](mailto:roziencastro@hotmail.com)

Valéria Sousa Santos  
[valeria.alegri@hotmail.com](mailto:valeria.alegri@hotmail.com)

143

**Resumo:** Nos últimos anos, vem ganhando força, no Brasil, um movimento de combate à denominada “ideologia de gênero” que também se expressa pela ideia de “doutrinação” no âmbito escolar. Essa ofensiva reacionária ancora-se, também, nas garantias de direitos conquistados ao longo dos últimos anos, tais como das minorias dissidentes de gênero e sexualidade de maneira geral. O objetivo deste trabalho consiste em apresentar reflexões que relacionam duas experiências de intervenção realizadas em escolas públicas na cidade de Teixeira de Freitas, extremo sul baiano, sob o enfoque da Psicologia. Tais experiências foram realizadas por duas docentes e executadas por discentes do curso de Psicologia da Universidade Federal do Sul da Bahia. Ambos os projetos partiram do compromisso de quebrar silenciamentos e romper instituídos amordaçados no espaço escolar assumindo um fazer ético, político e crítico. Conclui-se pela emergência da formação em Psicologia, em especial da Psicologia Escolar, alinhada aos debates de gênero e sexualidades.

**Palavras-chave:** Gênero. Sexualidade. Psicologia Escolar.

### Psychology, genders and sexualities at school

Reports of experiences in a city in the extreme south of Bahia

**Abstract:** In recent years, a movement to combat the so-called “gender ideology” has been gaining strength in Brazil, which is also expressed by the idea of “indoctrination” in the school environment. This reactionary and conservative offensive is based in the advances and guarantees of rights achieved over the past few years, such as minority gender and sexuality minorities in general. The objective of this article is to present reflections that relate two intervention experiences realized in public schools in the city of Teixeira de Freitas, south end of Bahia, under the focus of Psychology. Such experiences were carried out by two teachers

and executed by psychology students at Federal University of Southern Bahia. Both projects started from the commitment to break silences and voices gagged in the school space, assuming an ethical, political and critical action. It concludes with the emergence of psychology graduate, especially educational psychology, in line with the debates on gender and sexualities.

**Keywords:** Gender. Sexuality. School psychology.

## 1 Introdução: gêneros e sexualidades na escola e Psicologia Escolar: recortes de uma trajetória brasileira

Nos últimos anos, vem ganhando força, no Brasil, um movimento de combate à denominada “ideologia de gênero” que também se expressa pela ideia de “doutrinação” no âmbito escolar. Um dos agentes responsáveis pela propagação da campanha é a Escola sem Partido que, desde 2004, ficou conhecida por propor e impulsionar projetos de lei sobre o tema em diferentes estados e municípios. Um dos principais objetivos do movimento é justamente coibir discussões sobre gênero, relações étnico-raciais e sexualidade no ambiente escolar, mas vem atuando, também, na diminuição da autonomia dos professores, no incentivo à militarização do ensino e no controle dos conteúdos curriculares. Embora o projeto original, proposto pelo deputado Miguel Nagib, tenha sido arquivado em 2018, seus efeitos ainda reverberam em outros Projetos de Lei (PL) que ganham força em todo o Brasil como o PL nº 258/2019 e o PL nº 246/2019, por exemplo. Foi em meio a esse jogo de forças que houve a aprovação, em 2017, das Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC) com a supressão de todas as referências ligadas ao tema da diversidade sexual e gênero.

Essa ofensiva reacionária e conservadora ancora-se, também, nos avanços e garantias de direitos conquistados ao longo dos últimos anos, tais como direitos sexuais e reprodutivos e das minorias dissidentes de gênero e sexualidade de maneira geral. Nesse sentido, o debate sobre gênero e sexualidade na escola sempre foi permeado por tensões e conflitos. Há que se reconhecer o compromisso de inúmeros educadores e gestores escolares em imprimir o trabalho sobre “gênero e sexualidade na escola”. Essas iniciativas travam enfrentamentos às abordagens tradicionais sobre educação sexual, centrada em epistemologias biologicistas em relação à temática (CAMPOS, 2015; GROFF; MAHEIRIE; MENDES, 2015).

Compreendendo os desafios a serem enfrentados na prática entre as perspectivas de uma sexualidade voltada aos aspectos biológicos em detrimento do diálogo que considera corpos, gêneros e sexualidades em experiências e vivências ampliadas, a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) trouxe proposta de transversalização da discussão sobre gênero, sexualidade e escola. Contudo, o avanço que se deu com a inserção de gênero e sexualidades como temas transversais ao currículo escolar esbarrou de imediato em mais um desafio: a insegurança, o medo e o despreparo de educadores no trabalho com o tema, justificados, muitas vezes, pelas lacunas na formação dos cursos de licenciatura (CAMPOS, 2015; GROFF; MAHEIRIE; MENDES, 2015; MARCON; PRUDÊNCIO; GESSER, 2016; CÉSAR, 2009).

145

Numa tentativa de impulsionar e consolidar elementos à formação docente, o Governo Federal lançou o curso de aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), voltado aos profissionais de educação (BRASIL, 2009). Relatos de pesquisas realizadas com professores da rede pública mostram os efeitos sensíveis advindos da participação desses professores no curso de GDE: subjetividades formadas por um forte binarismo de gênero que repercutem na diferenciação dos sexos nas atividades escolares impondo restrições às meninas; e orientação sexual divergente da norma cuja aceitação ainda é negada e silenciada no espaço escolar. Ainda assim, o curso GDE foi referido como capaz de ressignificar conceitos e incentivar atividades com ênfase em gêneros, sexualidades, relações étnico-raciais e deficiências. Ainda que estejam configurados os desafios no trabalho dessas questões na rede pública, outra consequência importante da participação de educadores no curso foi a potencialização dessas questões nas subjetividades femininas fazendo com que muitas professoras passassem a se definir como feministas (OLTRAMARI; GESSER, 2019; SOARES; MONTEIRO, 2019).

Nesse cenário, outras pesquisas produzidas reforçam um conjunto de provocações às políticas educacionais: lacuna na formação de professores e defesa da incorporação dos estudos em dissidências sexuais e de gênero nas licenciaturas; importância da integração entre discentes, docentes e famílias na defesa e no fortalecimento dos debates; e estratégias pedagógicas de formação docente que considerem as dificuldades do grupo na apreensão do debate. Verificou-se, por exemplo, que tais dificuldades são mais facilmente suprimidas

quando se consideram exemplos concretos vivenciados pelos professores e acontecimentos do cotidiano escolar (MADUREIRA; BRANCO, 2015; PAULA, 2016; MEDEIROS, 2018).

Outras problematizações se somam aos desafios até aqui elencados. Embora se perceba a ruptura com epistemologias que operam discursos limitados ao trabalho com “gênero, sexualidade e diversidade” na escola (CÉSAR, 2009), a recorrência à norma sexual delimitada pela ideia de aceitação da diferença e do diferente atua denunciando a implementação parcial das abordagens transversais propostas pelos PCNs. Há, ainda, a reiteração de uma norma sexual no estatuto da aprendizagem de sentidos sobre gêneros e sexualidades (CIRIBELLI; RASERA, 2019). Tal como afirmado por Seffner (2013), a norma precisa ser convidada a falar, pois são os que fogem dela os convocados ao enunciado de si. Se não se adota tal recurso, o trabalho com dissidências sexuais e de gêneros não abalará o regimento imposto pela heteronormatividade.

Se é possível acreditar que as políticas nacionais de educação foram abaladas e reconfiguradas pelas questões de gênero, sexualidade e diversidade é porque essas revelam as dimensões políticas do trabalho docente. Assim, se ainda é verificado que os currículos defendidos pelas PCNs têm a heteronormatividade como eixo estruturante e regulador dos corpos é porque as categorias como gênero, sexualidade, diversidade e relações étnico-raciais são potentes em operacionalizar valores que só podem ser compreendidos pela via de uma educação realmente democrática. Adentrando esse palco político, fica insustentável a defesa da imagem docente como alguém que articula conceitos e conteúdos num trabalho meramente técnico (JUNQUEIRA, 2012; VASCONCELOS; FÉLIX, 2016; SEFFNER, 2016).

Justamente porque a escola é e sempre foi terreno do fazer político, ela se torna foco de ataques sendo cotidianamente questionada sobre seu real papel ao mesmo tempo em que se vê coagida por tecnologias de controle que extrapolam os muros escolares. O debate sobre gêneros e sexualidades não passa ileso a esses rebotes, tanto que, desde 2014, ganham força as investidas de parlamentares brasileiros, grupos religiosos e outros aliados ao movimento que diz se posicionar contra a ideologia de gênero e a doutrinação perpetrada por docentes. Isso tem início com a retirada do conteúdo sobre gênero, sexualidade e desigualdade racial do Plano Nacional de Educação e ganha recentemente contornos ainda mais simbólicos e nefastos (GROFF; MAHEIRIE; MENDES, 2015).

Desde então, uma das práticas mais utilizadas para repreender os avanços às liberdades conquistadas pelas minorias sexuais e de gênero tem sido a censura. Essas se amparam na defesa do docente como um agente meramente tecnocrata, que deve assumir o apagamento dos conflitos ocasionados pela heterogeneidade de corpos e experiências como um princípio pedagógico a ser defendido e cuja atuação encontra-se sob vigilância também das famílias imbuídas do poder da denúncia (MATTOS, 2018; PENNA, 2018; VENCATO; SILVA; ALVARENGA, 2018). Tais práticas se tornam eficazes porque mobilizam um denso material pertencente a um campo moral, especialmente naqueles que pouco conhecem ou entendem os desafios, as alegrias e os sentidos do exercício escolar (JUNQUEIRA, 2018).

É importante dizer que ações contra a “ideologia de gênero” não são privilégios brasileiros. Em que pesem as peculiaridades e as características dessa ofensiva em nosso país, essa assume contornos transnacionais. Calcada como invenção católica assentada nas últimas duas décadas, hoje mobiliza redes que reproduzem um discurso simplista, que não sobrevive às evidências e experiências concretas das pessoas. Com isso, o debate teórico acerca das dissidências sexuais e de gênero é reduzido a uma ideia de desfragmentação da família e da sociedade a partir de assertivas como: negação das diferenças biológicas, permissividade sexual levada às idades mais tênues com franco prejuízo ao desenvolvimento das crianças, fim da família, do homem e da mulher. Assim, disparado pelos representantes da Igreja Católica<sup>1</sup>, que enfrentava dificuldades à manutenção de sua própria agenda moral e dogmática, hoje se assimila aos projetos de poder de diferentes líderes políticos que encarnam os estudos e proposições em gêneros e sexualidades como associados a produtos da ideologia comunista e de esquerda (JUNQUEIRA, 2018; PATERNOTTE; KUHAR, 2018).

É nesse cenário de polarização político-moral e em meio a essa série de retrocessos aos direitos sexuais, reprodutivos e das minorias sexo-dissidentes que é sancionada a Lei nº 13.935/2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Resultado de uma série de lutas implementadas pelos conselhos nacionais dessas categorias profissionais, tal conquista é apenas um passo que dá início a um novo ciclo de embates pela sua regulamentação e implementação. No entanto, ao

<sup>1</sup> Para maior compreensão da relação da Igreja Católica com a invenção da “ideologia de gênero” sugerimos a leitura do texto de Rogério Diniz Junqueira de nome: *A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero*, cujo detalhamento consta na lista de referências deste artigo.

que à primeira vista parece uma conquista, aponta também preocupações: a que tem servido a Psicologia no contexto escolar? Diante de um cenário de retrocesso no que tange às políticas públicas educacionais, como situar um fazer psicológico de fato comprometido com uma perspectiva ética, política e crítica?

É importante destacar que a Psicologia da Educação não se reduz à escola, contudo, ela tornou-se espaço privilegiado do desenvolvimento intelectual, mas também físico, moral, social e emocional que estão a serviço da sociedade capitalista hegemônica (PATTO, 2004). Esse modelo escolar orienta-se por “um corpo produtivo e útil onde o tempo não pode ser perdido e toda energia deve estar dirigida à produção” (HECKERT, 2000, p.13). Assim, compreende-se a escola como reprodutora de um modelo educacional focado na formação de trabalhadores, na hierarquização e na moralização da produção capitalista.

A Psicologia como ciência e profissão, ao longo de sua história, foi se configurando como um conjunto de saberes instituintes de um olhar vigilante, normatizante e disciplinador dos indivíduos, que, por sua vez, atuam como produtores de corpos dóceis. Em nossa sociedade, esses saberes sustentam a moral dominante e respondem às necessidades capitalistas de produtividade, capacitação e especialização. Os indivíduos são avaliados em função do que é considerado normal, uma herança platônica responsável pela supervalorização das semelhanças em detrimento das diferenças (ARAÚJO, 2000).

148

Os efeitos dessa trajetória são reproduzidos no âmbito das práticas em Psicologia Escolar, conforme apresentado em diversos estudos; uma herança marcadamente clínico-terapêutica voltada para o diagnóstico, o atendimento, a orientação e a intervenção em relação aos problemas emocionais, de aprendizagem e de comportamento. No entanto, uma nova concepção de Psicologia Escolar vai se configurando à medida que se fortalecem e consolidam novos olhares teóricos e enfoques epistemológicos para a Psicologia a partir do debate crítico iniciado na década de 1980 que questionou o paradigma a-histórico, individualizante e elitista do fazer psicológico e despertou para a necessidade de afirmação de um compromisso social e político da profissão (MACHADO; SOUZA, 2004; PATTO, 2004; GUZZO, 2007; MARTINEZ, 2010).

Quando se consideram as dimensões de gêneros e sexualidades na Psicologia, é importante dizer que tanto Psicologia Escolar como gênero e sexualidade nunca foram devidamente tratados como presenças pertinentes ao currículo base da Psicologia (PAULA,

2016). Concordamos com Gesser *et. al.* (2012) quanto à Psicologia Escolar poder configurar-se como importante campo científico capaz de contribuir com a formação de professores em gêneros e sexualidades, acionando, pelo saber da Psicologia, valores, preconceitos e experiências que reposicionem o docente como sujeito e não como instrumento acrítico e passivo da realidade em que vive. Nesse sentido, de acordo com Machado e Souza (2004), é necessário que se compreenda a organização escolar a partir de sua dinâmica institucional, das relações sociais estabelecidas e dos preconceitos engendrados em seu cotidiano. Para intervir no âmbito escolar, é preciso tomá-la processo, ou seja, em permanente construção e reconstrução considerando o jogo de forças políticas, históricas, sociais e econômicas que a constituem.

Desse modo, o objetivo deste trabalho consiste em apresentar reflexões que relacionam duas experiências de intervenção realizadas em escolas públicas na cidade de Teixeira de Freitas, extremo sul baiano, sob o enfoque da Psicologia. Tais experiências foram realizadas por duas docentes e executadas por discentes do curso de Psicologia da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

## 2 Intervenções em gêneros e sexualidades e Psicologia Escolar em escolas de Teixeira de Freitas/BA

149

### 2.1 O projeto de extensão "A escola vai ao cinema"<sup>2</sup>

O título "A escola vai ao cinema" é o nome fantasia que caracterizou o projeto de extensão do curso de Psicologia da Universidade Federal do Sul da Bahia iniciado em junho de 2019 num colégio estadual da rede pública da cidade de Teixeira de Freitas. A referida escola é uma instituição da modalidade de nível médio e de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que abriga 1.738 estudantes distribuídos em três turnos, com uma diversidade social e

---

<sup>2</sup> Nossa mais sincera gratidão à professora Elda Alvarenga, idealizadora do original desta proposta de intervenção na modalidade de extensão para discentes do curso de Pedagogia de uma instituição privada de ensino superior do Espírito Santo. Reconhecemos que o trabalho com gêneros e sexualidades se faz com parceria, confiança e generosidade e retribuimos a todas aprendizagens proporcionadas desse encontro. Reconhecemos

de sujeitos bem-definida, pois a escola recebe estudantes oriundos de diversas áreas e bairros da cidade e esses são, em sua maioria, adolescentes e jovens. O projeto utilizou a linguagem do cinema como experiência sensível à promoção de debates e leituras acerca de questões que afetam, especialmente, pessoas e grupos com identidades de gênero e orientações sexuais sexo-diversas. Situou-se no campo de estudos em gêneros e sexualidades que questionam o modelo biomédico de normatização dos corpos bem como os processos que sustentam e normatizam o regime compulsório da heterossexualidade. Dessa forma, interviu em questões que afetam as relações intra e intergrupos em seus respectivos espaços de socialização, especialmente a escola (BARBOZA; SOARES DA SILVA, 2005; MISKOLCI, 2007; FERNANDES; BORGES; LÔBO, 2017; PRADO; MACHADO, 2017; SAMPAIO; GERMANO, 2017).

Assim, o principal objetivo do projeto foi contribuir para a formação complementar de alunos(as) da UFSB e da comunidade escolar em questões de gênero, diversidade sexual e relações étnico-raciais a partir da exibição e debate de filmes. Ademais, almejou: contribuir para integrar o corpo discente da UFSB à importância do debate sobre gênero e sexualidade na constituição das relações sociais e humanas; promover discentes bolsistas de graduação à compreensão e problematização do espaço escolar e suas relações com "gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais", além de fortalecer o desenvolvimento local e a parceria universidade-escola pautando-se pela construção de relações sociais mais equânimes e igualitárias. Como aspectos metodológicos, destacamos: planejamento e realização de oficinas pedagógicas (sessões de cinema); realização de registro fotográfico e diário de campo de todas as sessões; reuniões quinzenais entre discentes bolsistas e professora supervisora para planejamento e avaliação das sessões; e participação ativa nas sessões de filmes e debates.

É importante destacar que, para cada filme/sessão, convidamos debatedores externos ao projeto escolhidos a partir da contribuição de cada um deles ao fomento do debate acerca do tema do filme com as e os estudantes da escola. Também, a cada filme escolhido pela equipe do projeto, a supervisora selecionava dois textos do livro conteúdo do GDE (curso Gênero e Diversidade na Escola) para leitura pelas discentes bolsistas e apoio teórico à produção do diário de campo. Assim, toda a equipe se responsabilizava por: elaboração do material de divulgação do filme; divulgação da sessão junto à comunidade escolar;

sistematização do processo de seleção/participação de interessades<sup>3</sup> (realizado pela escola); reprodução e organização de material de apoio às sessões; e execução da sessão. A supervisora comprava milho de pipoca e refrigerantes para deslocar o espaço escolar de sua tradicional rotina fazendo-os imergir na experiência do cinema. A escola apoiava, organizando o auditório, e a cozinha preparava a pipoca.

Foram realizadas cinco sessões, acordadas com a escola de ocorrerem nas tardes da última sexta-feira de cada mês. As sessões mensais intercalavam-se com as reuniões quinzenais da equipe. Os filmes apresentados e debatidos foram: *Estrelas além do tempo*; *Que horas ela volta?*; *Preciosa*; *Milk: a voz da igualdade*; *Tomboy*. Na última sessão, ocorrida em novembro de 2019, convidamos as e os participantes a responderem um questionário com seis questões abertas, de avaliação do projeto. A análise dos questionários e diários de campo foi realizada incitando as estudantes de Psicologia à apropriação crítica do próprio material produzido, que, ao final, considerou as percepções de si e do próprio projeto que era desenvolvido, abarcando registros que mostraram um amplo cenário de implicação discente. Por exemplo, a relação que faziam da cidade com o tema/proposta da extensão.

Teixeira de Freitas é uma cidade de médio porte do extremo sul da Bahia conhecida pelo seu significativo potencial econômico na agricultura, na pecuária e no comércio, o que torna a cidade foco de migrantes na busca de melhores condições econômicas. Sua população de aproximadamente 155 mil habitantes é composta por uma multiplicidade de sujeitos, nativos e oriundos de outras regiões.

Esses elementos, que remontam à percepção sobre a vivência na cidade atravessada por uma subcultura interiorana e conservadora, fizeram com que as estudantes estivessem atentas à metodologia de desenvolvimento do projeto. Este planejar-fazer-refletir sucessivo foi fundamental para aplacar os receios, as dúvidas e as inseguranças disparadas pelo medo adquirido com a consciência da ofensiva conservadora acerca do debate sobre gêneros e sexualidades na escola. As estudantes avaliaram positivamente o recurso do uso dos filmes, da reprodução de um espaço de cinema na própria escola, o convite a debatedores sensíveis ao enredo do filme e a escolha pelas tardes da última sexta-feira do mês. Consideraram que

<sup>3</sup> O uso da expressão “interessades” (assim como todes ou alunes) em algumas partes do texto possui intenção provocativa, a fim de desestabilizar as hierarquias de gênero pelo uso político da linguagem ao atingir, com o texto, quem dele se apropria.

tornaram leve o que poderia ser pesado, uma vez que também registravam as dificuldades e as resistências tais como o pouco envolvimento de outros agentes do corpo escolar. Entenderam esse modo de funcionamento do projeto como capaz de produzir, aos estudantes da escola, condições de debate, diálogo e posicionamento.

Essas dificuldades não se sobrepuseram à ampla aceitação do projeto na escola que, conforme reflexões apresentadas no diário de campo, revelou o apoio da gestão escolar, o suporte na infraestrutura e organização do espaço e os estudantes que, segundo as alunas de Psicologia, “abraçaram o projeto de extensão”. Esse registro das alunas de Psicologia fica refletido nas respostas aos questionários. Ao serem questionados sobre o impacto e a participação no projeto, quase todos os estudantes disseram que as sessões e os debates trouxeram uma visão mais ampla de si, do outro e dos temas tratados, manifestando empatia e percepção das questões debatidas como pertencentes à vida e ao cotidiano. Como exemplo, um aluno respondeu: “[...] maior conscientização sobre assuntos como sexualidade, racismo e como lidar com as coisas que o preconceito e racismo ‘bombardeiam’ na sua cara” (Questionário nº 15). Tais relatos vão ao encontro da afirmativa de Mattos (2018) de que estudantes não são pessoas acrílicas, vítimas de uma doutrinação, mas sujeitos capazes de enunciar de modo reflexivo aspectos de si e do mundo em que vivem.

Outro aspecto que merece realce diz respeito à escolha, por parte desses estudantes, da melhor sessão de filme com debate. Em sua maioria, discorreram sobre a sessão do filme *Tomboy*, seguido de *Milke Que horas ela volta?*. Em alguns questionários que não tinham definição sobre sessão/debate de preferência, havia a menção de terem gostado mais dos filmes sobre “sexualidade”. Nesse sentido, a experiência de discentes da escola se alinhava à das discentes em Psicologia, a saber: a abordagem de temas que desafiam o cotidiano das relações humanas funciona como dispositivo de ressignificação para todos os agentes envolvidos na atividade, que, pela via da roda de conversa, torna a troca de saberes e experiências mais transversais e horizontais, o que, no espaço escolar, pode tornar tais modalidades de encontro potentes em “borrar” o lugar de quem educa e quem é educado. Assim, educadores e outros agentes podem, tanto quanto seus alunos, falar de suas dúvidas e inseguranças disparadas pelos debates em gêneros e sexualidades, partilhando de uma experiência verdadeiramente democrática de troca e produção de si e de conhecimento sobre tais questões.

Por fim, para as alunas de Psicologia, o registro em diário de campo revela que a participação ativa no projeto de extensão, em todas as etapas das sessões pedagógicas, oportuniza a construção do saber e a “prática psi” integrada às questões sobre gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais, ainda negligenciadas no currículo da formação profissional.

Assim, fica evidente, pelas experiências relatadas pelas discentes em Psicologia, a confirmação da necessidade da Psicologia, como ciência e profissão, implicar-se, também, na construção da abordagem transversal de gêneros, sexualidades e etnias, sendo esta, inclusive, prerrogativa do código de ética profissional da categoria fundamentada na Declaração Universal de Direitos Humanos.

## 2.2 “Saberes e práticas em espaços coletivos e grupais”

Em conformidade com a Lei n.º 11.788/2008 do Conselho Federal de Psicologia, foi ofertado, em 2019, o primeiro estágio básico do curso de Psicologia da UFSB denominado “Saberes e Práticas em Espaços Coletivos e Grupais”. Em convênio firmado entre a universidade e a Secretaria de Educação de Teixeira de Freitas, foi estabelecido o acordo para realização do estágio nas escolas. Os critérios para escolha dos estabelecimentos de ensino que receberiam as estagiárias foram definidos pela própria secretaria e estavam direcionados às “escola-problema”, todas situadas na periferia do município em territórios considerados de grande vulnerabilidade econômica e social. Das quatro escolas indicadas, três ofereciam o ensino fundamental II e uma era voltada para Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O objetivo desse estágio foi inserir a estudante de Psicologia no contexto escolar para o desenvolvimento de habilidades e competências relativas aos fundamentos teóricos-conceituais da Psicologia Escolar e Educacional. As estudantes cumpriram quatro horas semanais de prática na instituição – na qual eram acompanhadas por uma preceptora – e quatro horas semanais de supervisão com a docente responsável. As experiências vivenciadas em cada encontro foram registradas num diário de campo que foi, ao longo do processo, discutido e analisado teoricamente, assumindo um importante papel como dispositivo de aprendizagem.

Os relatos produzidos nos diários de campo foram marcados por um grande entusiasmo para o início das atividades. Por um lado, o desejo de colocar em prática o que estava sendo aprendido no curso e, por outro, uma certa insegurança de não saber como tornar concreto o que tinham aprendido em sala de aula. Em campo, foram recebidas pela gestão escolar com grandes expectativas e pela comunidade escolar com curiosidade. Os primeiros dias foram dedicados a conhecer a realidade escolar: atores, fluxos e jogos de forças presentes naquele contexto. Logo, perceberam a escola como organismo vivo, pulsante e plural.

A circulação das “estrangeiras” – como denominadas as estagiárias – pelo espaço não demorou a provocar um certo “mal-estar”: “como forma de solucionar o problema do ‘ócio’” das estudantes de Psicologia. Começaram a emergir as demandas institucionais – problemas de aprendizagem, indisciplina, automutilação e dependência química. Para cada problema, o nome de um aluno/a e, para quase todas as desordens, uma causa: a desestruturação familiar. Na ausência “planejada” de um protocolo de intervenção para as estagiárias, restou à gestão escolar assumir a função de definir o papel delas naquele contexto. O estereótipo da psicóloga clínico-terapêutico voltado para práticas individualizantes de correção e ajustamento predominava nas representações das atrizes escolares e dava o tom das demandas que eram dirigidas às estudantes de Psicologia.

Tal estranhamento não se restringiu às escolas. Nos diários de campo, foi possível perceber os efeitos contraditórios que tais experiências produziam também nas estagiárias: “sinto que não estava fazendo nada”; “talvez fosse melhor mesmo ter uma sala para os atendimentos”; “quando vamos de fato fazer alguma coisa? ”; “o que devo responder? ”.

Ora, estávamos sendo atravessados por múltiplos agenciamentos: por um lado, as demandas escolares, por outro, a perspectiva crítica em Psicologia Escolar e, entre tudo isso, o receio de não ter o seu saber/fazer reconhecido e aceito. Tal desestabilização possibilitou a emergência de outros modos de operar o fazer naqueles espaços, seria necessário fugir das respostas prontas e da expectativa de aceitação. A abertura permitiu enxergar demandas coletivas que partiam da realidade social e econômica das estudantes da escola. Ao mesmo tempo, possibilitou tomar a escola como dispositivo de análise do “fazer/saberpsi”, o que implicou incluir professoras, demais funcionários e família no processo de discussão e compreensão dos desafios educacionais.

Tais transformações não se deram sem resistências. Muitos obstáculos foram se apresentando diante das tentativas de exercício de uma psicologia crítica e política. Os espaços de trocas (reuniões, encontros, oficinas, rodas de conversa) ou dispositivos de expressão (dinâmicas, arte, filmes) eram, muitas vezes, invalidados como “prática psi”. Também eram comuns as tentativas de amordaçar qualquer tipo de expressão que pudesse colocar em análise os modelos educacionais institucionalizados: hierarquia, autoritarismo docente, modelos de ensino, concepções de família, sexualidade, entre outras coisas. Ao mesmo tempo, insistia-se em processos de medicalização, patologização e individualização dos desafios escolares.

Contudo, ao criar espaços coletivos de discussão sobre violências, gênero, diversidade sexual e precarização da educação pública, incluindo as diferentes atrizes sociais dentro das escolas da rede municipal de ensino de Teixeira de Freitas, o estágio básico apostou em atuar na contramão da ofensiva conservadora e numa formação em Psicologia Escolar efetivamente comprometida com um fazer político e social. A vivência do estágio básico possibilitou às discentes a construção de um processo de aprendizagem ativo que se deu a partir do encontro entre a realidade escolar e os conteúdos teóricos-conceituais da academia, gerando angústias e necessidade de construção de um fazer que partisse das experimentações e sem receitas prontas.

### 3 Por uma Psicologia Escolar deslocada do “lugar psi”

Em que medida essas duas experiências se entrelaçam? Por um lado, um estágio de Psicologia em escolas do município, por outro, um projeto de extensão em gênero e diversidade sexual realizado em uma escola estadual e, para ambas, um mesmo cenário de ataque conservador às políticas educacionais. De acordo com Viegas e Goldstein (2017), o movimento denominado Escola Sem Partido atua perversamente amordaçando toda e qualquer expressão das diferenças no seio da escola, atingindo docentes, alunes e familiares e alimentando um sistema de medicalização e judicialização dos processos educacionais.

Desse modo, tanto no projeto de extensão quanto no estágio básico, estamos tratando da Psicologia na escola e dos modos como esse conhecimento possibilita um fazer político.

Nesse sentido, concordamos com Guzzo (2007), quando afirma que existem dois posicionamentos que podem ser assumidos pela Psicologia nesse contexto: ou se afirma uma prática comprometida com a reprodução de desigualdades, violências e exclusão social ou, por outra via, buscam-se diálogo e formas de tornar a escola um espaço de exercício da liberdade e autonomia.

Em meio a tantos retrocessos, o projeto de extensão “A escola vai ao cinema” mostrou-se um potente dispositivo de resistência. Caminhando na contramão dos acontecimentos, foi possível afirmar – com o apoio da gestão escolar – espaços coletivos de discussão a respeito dos temas gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais junto à estudantes, separando-os de uma perspectiva biologizante e heteronormativa. É importante salientar que o fato de tal projeto não se caracterizar como um estágio em Psicologia Escolar deu a ele condições de propor e executar ações que fugiam ao modelo clínico-psicopedagógico tão associado ao “fazer psi” no âmbito educacional.

O estágio básico, por sua vez, caracterizou-se por grandes expectativas por parte dos atores escolares, expectativas essas que foram sendo frustradas ao longo do processo, gerando forte mal-estar conforme relatado. O estereótipo sustentado por um fazer psicológico pautado no modelo de correção dos problemas de aprendizagem e da adaptação comportamental dos estudantes levou professores e coordenadores à crença de que seriam realizados atendimentos individuais e encaminhamentos a serviços especializados. Os estagiários, por sua vez, tentavam afirmar outros fazeres rompendo com tal modelo instituído, construindo espaços de diálogo e trocas, fomentado a expressão de sentimentos e afirmando a defesa da pluralidade. De acordo com Viegas e Goldstein (2017, p. 20), “[...] a escola deve ser espaço de (r)existência de formação subjetiva e cidadã”.

Ambos os projetos de Psicologia na escola partiram do compromisso de quebrar silenciamentos e romper instruções assumindo um fazer ético, político e crítico. Num momento de institucionalização da inserção do psicólogo escolar como profissional da educação básica, faz-se necessário cuidar para que os processos de formação de psicólogas/os não corram o risco de reproduzir identidades “psi” cooptadas por uma lógica mercadológica e antidemocrática em consonância com interesses de uma elite dominante.

## 4 Considerações finais

Este artigo nasce das inquietações produzidas pela inserção de um certo olhar da Psicologia no contexto escolar a partir de duas experiências construídas dentro do processo de formação do curso de Psicologia da Universidade Federal do Sul Bahia. Num cenário político nacional e local marcado por severos retrocessos no que tange aos direitos de minorias e que toma as políticas educacionais como alvo de controle e censura, foi possível resistir e insistir em outros modos de operar o “fazer psi” em consonância com uma perspectiva democrática e crítica.

Em decisões recorrentes, o Supremo Tribunal Federal tem considerado inconstitucional as tentativas de leis municipais que proíbam a inclusão de debate sobre gêneros e sexualidades na escola. A última dessas decisões ocorreu em 28 de maio de 2020, referente à legislação de Ipatinga (MG). No entanto, é recorrente em posicionamentos de Ministros da Educação recentes a manifestação a respeito da ideologia de gênero e “doutrinação” na escola, figurando como representantes do Escola Sem Partido.

A partir de tal cenário, apontamos, ao longo do texto, a necessidade da insistência do debate em dissidências sexuais e de gêneros em espaços formais (e não formais) de educação. Consideramos, para tanto, os desafios crescentes consolidados nesta onda transnacional anti-gênero que deturpa os sentidos e significados para corpos, sexualidades e etnias a partir da propagação enviesada do ataque à “ideologia de gênero”. As experiências do projeto de extensão “A escola vai ao cinema” e do estágio básico nas escolas de uma cidade do extremo sul baiano denunciam as maneiras pelas quais tais confrontos éticos e políticos se materializam no cotidiano escolar e tentam capturar o “saber psi” modelando-o às demandas individualizantes e patologizantes que negaram, na maioria das vezes, o caráter coletivo, público e político da violência, da pobreza, da aprendizagem, das sexualidades e dos gêneros, por exemplo. Por outro lado, tais projetos apostaram na resistência e proporcionaram espaços de trocas e aprendizagens efetivos e afetivos capazes de acionar outros modos de ser e estar no contexto escolar.

Há ainda um longo caminho a ser percorrido para que a Psicologia como campo de saberes e práticas e a escola, como estabelecimento privilegiado da educação consigam, de fato, se desvencilhar-se dos modos de subjetivação hegemônicos que capturam seus fazeres e as colocam a serviço da manutenção de uma moral dominante. Contudo, acreditamos que

experiências como as relatadas neste trabalho acionam estudantes e docentes de graduação para estranhamentos e indignação que levam ao movimento e à ação político-transformadora. Em adição, torna-se imprescindível que a formação em Psicologia se detenha à inserção de gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais nos seus currículos. Nesse sentido, a Psicologia Escolar deve se aproximar também de outros campos do “saber psi”, como a Psicologia Política, a fim de consolidar os deslocamentos epistemológicos que transpõem as instituições escolares.

## Referências

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

BARBOZA, Renato; SOARES DA SILVA, Alessandro. Diversidade sexual, gênero e exclusão social na produção da consciência política de travestis. **Athenea digital: Revista de Pensamiento e Investigacion Social**, n. 8, p. 27-49, 2005. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1373091.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2008.

158

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**: Livro de Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Gênero e diversidade sexual na escola: uma urgência na reconstrução de sentidos e práticas. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 21, n. 4, p. 1-4, dez. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132015000400001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132015000400001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 mar. 2020.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educar em Revista**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602009000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000300004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 mar. 2020.

CIRIBELLI, Carlos José de Moura; RASERA, Emerson Fernando. Construções de sentido sobre a diversidade sexual: outro olhar para a educação infantil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932019000100102&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000100102&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 mar. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Anteprojeto de lei municipal e minuta de justificativa**. 2014. Disponível em: <https://escolasempartido.org/blog/anteprojeto-de-lei-municipal-e-minuta-de-justificativa>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FERNANDES, Luís Antonio Bitante; BORGES, Águeda Aparecida da Cruz; LOBO, Rodolfo Pinheiro Bernardo. Travestilidade às avessas: a desconstrução de uma “paródia” identitária. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 473-494, ago. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2017000200473&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200473&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 jan. 2020.

GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; CORD, Denise; NUERNBERG, Adriano Henrique. Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 229-236, dez. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572012000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 abr. 2020.

GROFF, Apoliana Regina; MAHEIRIE, Kátia; MENDES, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira. A educação sexual e a formação de professores/as um convite ao dissenso. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 6, p. 1431-1444, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8329/5637>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GUZZO, Raquel Souza Lobo. Escola amordaçada: compromisso do psicólogo com este contexto. In: MARTINEZ, Albertina Mitjans (Org.). **Psicologia Escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas**. Campinas: Ed. Alinea, 2007. p. 17-30.

159

HECKERT, Ana Lucia Coelho. Os desafios da educação na contemporaneidade. In: SILVA, Alacir de Araujo; BARROS, Maria Elisabeth (Org.). **Psicopedagogia: alguns Hibridismos possíveis**. Vitória: UFES, 2000. p. 11-18.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo ea elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 29 abr. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Revista Educação On-line PUC**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 64-83, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20048/20048.PDF>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MACHADO, Adriana Marcondes; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **Psicologia Escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchoa. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 577-591, set. 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2015000300005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 29 fev. 2020.

MARCON, Amanda Nogara; PRUDÊNCIO, Luísa Evangelista Vieira; GESSER, Marivete. Políticas públicas relacionadas a diversidade sexual na escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 2, p. 291-302, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572016000200291&script=sci\\_abstract&tlng=es](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572016000200291&script=sci_abstract&tlng=es). Acesso em: 22 mar. 2020.

MARTINEZ, Albertina Mitjans. O que pode fazer o psicólogo na escola? **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6292/1/ARTIGO\\_QuePodeFazer.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6292/1/ARTIGO_QuePodeFazer.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

MATTOS, Amana Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero": gênero e sexualidades em disputa na educação. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 573-586, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 fev. 2020.

MEDEIROS, Mireli Pinto. **Questões de gênero, sexualidade e diversidade a partir da perspectiva de alunos/as**. 2018. 105 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Faculdade de Ciências da Educação e Saúde (FACES), Brasília, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/185258605.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 2007, Campinas. **Anais [...]** Campinas, Unicamp, 2007. p. 1-19. Disponível em: [http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais16/prog\\_pdf/prog03\\_01.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf). Acesso em: 16 mar. 2020.

OLTRAMARI, Leandro Castro; GESSER, Marivete. Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 3, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2019000300219&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300219&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 fev. 2020.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. "Ideologia de gênero" em movimento. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 503-523, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 11 ago. 2019.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PAULA, Luciana Dantas de. **Gênero, sexualidade e diversidade na perspectiva de psicólogos/as escolares**. 2016. 75 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/10343/1/21116341.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PENNA, Fernando de Araújo. A tentativa reacionária de censura nos currículos escolares: compreendendo a subversão mútua entre as lógicas de socialização e subjetivação. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 557-572, dez. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 29 mar. 2020.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SAMPAIO, Juliana Vieira; GERMANO, Idilva Maria Pires. “Tudo é sempre de muito!”: produção de saúde entre travestis e transexuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, p. 453-472, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2017000200453&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200453&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 maio 2020.

SEFFNER, Fernando. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. *In*: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, 2016, Curitiba, **Anais** da Reunião Científica Regional da ANPED. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2016. p. 1-17. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-18-G%C3%AAnero-Sexualidade-e-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 145-159, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022013000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 abr. 2020.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, v. 35, n. 73, p. 287-305, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602019000100287&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602019000100287&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 2 jun. 2020.

VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de; FÉLIX, Jeane. Gênero, sexualidade e direitos humanos na educação escolar: entre igualdades e diversidades, a diferença. **Reflexão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 255-272, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6787/pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.  
VENCATO, Anna Paula; SILVA, Rafaela Lacerda da; ALVARENGA, Rodrigo Lessa. A educação e o presente instável: repercussões da categoria "ideologia de gênero" na construção do respeito às diferenças. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 587-598, dez. 2018. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300010&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 3 set. 2019.

VIEGAS, Lygia de Sousa; GOLDSTEIN, Thaís Seltzer. Escola sem partido, sem juízo e bom senso: judicialização e medicalização da educação. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, v. 14, jan./jun. 2017. Disponível em: [https://www.revistafenix.pro.br/PDF39/dossie\\_8\\_escola\\_sem\\_partido\\_Lygia\\_de\\_Souza\\_e\\_Thais\\_Seltzer\\_fenix\\_jan\\_jun\\_2017.pdf](https://www.revistafenix.pro.br/PDF39/dossie_8_escola_sem_partido_Lygia_de_Souza_e_Thais_Seltzer_fenix_jan_jun_2017.pdf). Acesso em: 4 mar. 2020.

### COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO CONFORME ABNT

BUSSINGER, Rebeca Valadão; SILVA, Roberta Scaramussa; ARAÚJO, Roziene Castro Mota; SANTOS, Valéria Sousa. Psicologia, gêneros e sexualidades na escola Perspectivas críticas em Psicologia Escolar. *Revista Pró-Discente*, Vitória, v. 26, n. 2, p. 143-162, jul./dez. 2020.